

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                      | <b>2</b>  |
| Título: Governo planeja troca do regime de partilha pelo de concessão para o pré-sal..... | 2         |
| Título: Produção de gás se mantém, mas crise preocupa empresas .....                      | 3         |
| Título: Chinesa CTG vê avanço na reforma do setor elétrico.....                           | 4         |
| Título: Destaques .....                                                                   | 6         |
| Título: Vendas de aço longo da Arcelor caem 5% no Brasil .....                            | 6         |
| Título: País será indutor da siderurgia na região, defende Aço Brasil .....               | 8         |
| Título: Curtas .....                                                                      | 9         |
| Título: Curta.....                                                                        | 10        |
| Título: Cosan revisa projeções de áreas de negócios para 2019 .....                       | 10        |
| Título: Próprio para consumo .....                                                        | 12        |
| Título: Lucro da São Martinho aumenta 6% .....                                            | 12        |
| Título: Venda de etanol hidratado bateu recorde em outubro .....                          | 14        |
| Título: BNDES deve vender participação acima de R\$ 1 bi apenas em 2020.....              | 15        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                | <b>15</b> |
| <b>Título: Ministério defende usinas de médio porte para abastecer País.....</b>          | <b>15</b> |
| Título: Peixe de área com óleo não traz risco, diz laudo.....                             | 16        |
| Título: » Águas turvas.....                                                               | 17        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                   | <b>18</b> |
| Título: Gás .....                                                                         | 18        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                              | <b>18</b> |
| Título: Privatização da Eletrobras prevê nova estatal.....                                | 18        |
| Título: Crise na Bolívia pode atrasar renegociação de acordo sobre gasoduto.....          | 20        |

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Título: Rio reduz ICMS sobre combustível de aviação para aumentar voos..... | 21 |
| Título: Quase seis Búzios.....                                              | 23 |
| Título: ‘Sou otimista com a relação Brasil-China’.....                      | 24 |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 12/11/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília**

**Título: Governo planeja troca do regime de partilha pelo de concessão para o pré-sal**

### **Ideia é enviar projeto de lei ao Congresso Nacional**

O governo já trabalha com a possibilidade de enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional com o objetivo de mudar as regras de exploração de petróleo na camada do pré-sal. A ideia é alterar o modelo do regime de partilha para o de concessão para atrair a participação de empresas estrangeiras nos próximos leilões - como os de Sépia e Atapu, áreas que não receberam propostas no leilão da cessão onerosa, na semana passada, e poderão voltar a ser oferecidas ao mercado.

“O que pode ser melhor formatada é a participação de empresas privadas do exterior. Este é um ponto que a gente precisa avançar”, afirmou, em rápida entrevista ao **Valor**, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. “Há uma possibilidade de mudar [o regime de partilha]. Vamos precisar do Congresso Nacional, é uma lei aprovada em 2010. Se for mudar de partilha e voltar para concessão, é necessária a mudança da lei”, complementou.

Waldery disse que não está descartada a possibilidade de envio do projeto de lei ao Congresso neste ano, mas reconhece que “o pipeline já está muito apertado” para aprovação da matéria em 2019. “Teremos uma semana curta por causa do encontro do Brics, o Congresso só funciona segunda e terça [hoje], o ministério também. Ficamos liquidamente com cinco semanas para

tramitação. Com tantas PECs já tramitando, fica difícil avançar tão fortemente”, explicou.

O secretário afirmou que, após o término do leilão da cessão onerosa, já conversou com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre o assunto. “A gente já estava vendo a modelagem para os dois campos”, contou.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, culpou o regime de partilha de produção, criado nos governos do PT, pela ausência de grandes petroleiras internacionais nos leilões do pré-sal. Representantes do governo diziam que a arrecadação com os leilões de petróleo e gás natural poderia chegar a R\$ 106 bilhões, mas ficou em R\$ 69,9 bilhões.

Waldery, no entanto, nega que haja frustração na arrecadação. “O sucesso do leilão da cessão onerosa precisa ser colocado. São quatro campos. Já havíamos colocado no orçamento os campos de Búzios e Itapu. Os outros dois não foram vendidos agora, mas serão no próximo ano.”

Com os recursos, o governo vai quitar passivo de R\$ 34,6 bilhões com a Petrobras; serão transferidos, em 2019, R\$ 11,7 bilhões a Estados e municípios, e R\$ 23,7 bilhões reforçarão as contas da União. Waldery negou que a menor arrecadação com o leilão do excedente da cessão onerosa possa atrapalhar a aprovação das três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) - Pacto Federativo, Emergencial e de Extinção de Fundos-- encaminhadas pelo governo na semana passada.

“Os Estados vão receber na cessão onerosa, mas vão receber muito mais no pacto federativo. Neste ano, Estados já vão receber R\$ 11,7 bilhões. Qual presidente deliberadamente distribuiu recursos da União para Estados e municípios? Uma das formas mais potentes de distribuir poder é transferir recursos.”

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Internacional

**Autor:** Marsílea Gombata — De São Paulo

**Título:** Produção de gás se mantém, mas crise preocupa empresas

**Apesar de os confrontos se concentrarem nas cidades, Petrobras, que tem produção no interior do país, enviou equipes de segurança e retirou funcionários do país**

Os violentos distúrbios desde a eleição em 20 de outubro levantam preocupação com a produção de gás da Bolívia, que já vem caindo. Apesar de os confrontos se concentrarem nas cidades, empresas que atuam na produção no interior do país enviaram equipes de segurança e retiraram funcionários da Bolívia.

A Petrobras por ora não teve a produção afetada, porque tem a sua operação em Tarija, no sul da Bolívia, longe de centros urbanos onde se concentram os protestos.

Segundo fontes na Bolívia a par do tema, no entanto, a empresa enviou segurança corporativa para auxiliar funcionários que tinham dificuldade de chegar ao local de trabalho e fazer a troca de turno. Alguns funcionários da empresa tiveram de retornar temporariamente ao Brasil por precaução.

Ainda que a produção se mantenha, a prospecção de novo poços por empresas estrangeiras parou em meio à crise política. Royal Dutch Shell, Total e Repsol interromperam ou reduziram drasticamente a perfuração de poços de exploração, disse Alvaro Rios, ex-ministro de hidrocarbonetos e diretor da consultoria Gas Energy Latin America, à agência Bloomberg. Não há evidências de que a produção ou as exportações da Bolívia tenham sido afetadas, mas o investimento em novos poços é vital para a produção no longo prazo.

No último ano, a produção de gás da Bolívia caiu cerca de 18%, para 46 milhões de m<sup>3</sup> /dia. A queda reflete menores volumes de exportação para o Brasil e a Argentina, principais compradores do gás boliviano, afirma Pamela Ramos, da consultoria Oxford Economics. “Acreditamos que a capacidade de a Bolívia reverter esse declínio é muito limitada, mesmo se a demanda de gás natural da Argentina e do Brasil se recuperar”, diz.

Somente neste ano, as exportações de gás da Bolívia caíram 30%, diz Luis Carlos Jemio, do Instituto de Estudos Avançados em Desenvolvimento.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito — Do Rio

**Título:** Chinesa CTG vê avanço na reforma do setor elétrico

**A companhia, porém, deverá propor ajustes ao modelo**

Dona de um portfólio composto por 17 hidrelétricas e onze parques eólicos no Brasil, com um total de 8,3 gigawatts (GW) de capacidade (o equivalente a 5% do parque gerador brasileiro), e investimentos de R\$ 23 bilhões nos últimos seis anos no país, a chinesa China Three Gorges (CTG) vê com bons olhos a proposta de reforma do setor elétrico brasileiro, apresentada no fim de outubro pelo governo. Segundo o vice-presidente de Geração e Comercialização da CTG Brasil, Evandro Vasconcelos, a medida é um bom início. A companhia, porém, deverá propor ajustes ao modelo.

“Vemos com ótimos olhos. Toda vez que o governo se abre para a sociedade, tem transparência, é um grande início. Mas é claro que alguns pontos precisam ser ajustados. E estamos debatendo isso para contribuir com o governo naquilo que achamos que é preciso de alguns ajustes”, afirmou o executivo ao **Valor**.

Entre os pontos que merecem aperfeiçoamento, destacou, está a revisão da garantia física (energia de fato produzida) das hidrelétricas. Basicamente, em vez de se fazer a revisão da garantia física como um todo, o executivo sugere que as revisões sejam feitas caso a caso. “Ele [o modelo] simula tudo como se fosse um único reservatório, ele não enxerga as particularidades de cada uma das usinas. [...] Depois é criado um critério de rateio. Só que hoje já existem ferramentas similares ao modelo que é usado, que conseguem calcular qual é a real contribuição de cada usina”.

Em linha com o plano do governo de modernização do setor elétrico, a CTG Brasil também vai criar, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), um centro de inovação em energias limpas, dedicado a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área. Um acordo nesse sentido será assinado esta semana.

O investimento inicial previsto para os próximos cinco anos é de R\$ 100 milhões. Desse total 55% serão aportados pela CTG Brasil e o restante pelo Senai e outras fontes nacionais de fomento.

A inauguração do centro está prevista para o primeiro semestre de 2020, em São Paulo. Também está prevista uma base na China, para intercâmbio de conhecimento entre profissionais envolvidos no projeto.

A parceria será voltada para pesquisas principalmente nas áreas de eficiência energética, geração de energia renovável, digitalização na produção de energia (indústria 4.0) e geração distribuída, entre outras. Segundo Vasconcelos, serão investidos cerca de R\$ 20 milhões por ano na iniciativa, com recursos próprios da CTG, do programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Senai.

“Até por uma orientação do nosso acionista, [inovação] é uma prioridade para a CTG no Brasil. Estamos fazendo um esforço grande nisso”, afirmou Vasconcelos.

Segundo o gerente executivo de Tecnologia e Inovação do Senai, Marcelo Prim, trata-se da primeira parceria de inovação firmada pelo instituto brasileiro com uma companhia de capital chinês na área de energia.

Prim explicou que os objetivos da iniciativa são tornar a CTG Brasil uma empresa líder de inovação no Brasil, gerar uma base de capacitação e aceleração de desenvolvimento de startups brasileiras na área de energia e criar uma ponte de conhecimento entre Brasil e China.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

### Lucro da BR Distribuidora

A BR Distribuidora apurou lucro líquido de R\$ 1,34 bilhão no terceiro trimestre. O resultado foi 23,9% superior ao apurado em igual período do ano passado. Segundo a empresa, o resultado foi impactado positivamente pela antecipação dos recebíveis da Amazonas Energia (de R\$ 1,446 bilhão), realizada no terceiro trimestre. De acordo com a empresa, esse fator gerou “efeito positivo no lucro líquido de R\$ 940 milhões”. A receita líquida no terceiro trimestre somou R\$ 24,360 bilhões, queda de 7,9% em relação a igual período de 2018. Na mesma comparação, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado cresceu 22,2%, a R\$ 771 milhões. O volume total de vendas de julho a setembro somou 10,487 bilhões de litros, queda de 4,4% em relação ao terceiro trimestre de 2018. Segundo a empresa, a queda foi motivada pela redução nas vendas de diesel não térmico, decorrente do acirramento da competitividade tanto nos segmentos de postos de combustíveis quanto em grandes consumidores.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Ana Paula Machado — De São Paulo

**Título:** Vendas de aço longo da Arcelor caem 5% no Brasil

### Volume total no ano vai somar 3,5 milhões de toneladas

As vendas de aço longo da ArcelorMittal devem recuar 5% neste ano, segundo o CEO da siderúrgica para o segmento de logos, Jefferson De Paula. O executivo afirmou que as vendas da siderúrgica desse tipo de aço devem chegar a 3,5 milhões de toneladas em 2019. Para o próximo ano, a expectativa da companhia é de recuperar esse espaço perdido.

“Em 2019, não acompanhamos o mercado por uma questão de maior concorrência e perda de participação, mas no próximo ano, a estimativa é de retomada e vamos crescer cerca de 5% nas vendas de aço, chegando a algo em torno de 3,7 milhões de toneladas. As coisas vão voltar ao seu ritmo normal. Nos últimos dois meses a procura está bem maior que no primeiro semestre, estamos mais otimistas quanto a 2020”, disse De Paula ao **Valor**.

O executivo acrescentou que para 2019 a estimativa da ArcelorMittal é um aumento de 5% no consumo aparente de aço longo no mercado doméstico puxado, especialmente, pela construção civil. “Neste ano, ocorreu um aumento no volume de lançamentos principalmente de empreendimentos residenciais e comerciais. Agora, as empresas começam a fazer as encomendas e as vendas de aço estão voltando”, afirmou.

Neste ano, além da queda no mercado brasileiro, a ArcelorMittal viu sua operação na Argentina despencar em razão da crise econômica no país. De Paula disse que o consumo aparente argentino de aço deverá cair 15% em 2019, o mesmo desempenho das vendas da companhia, que devem chegar a 1 milhão de toneladas. “Temos 60% do mercado na Argentina. Com esse recuo tivemos que fazer ajustes em nossa operação. Estamos trabalhando com uma ociosidade que varia de 25% a 30%”, disse.

O executivo afirmou ainda que na Argentina a ArcelorMittal emprega, atualmente, cerca de 3 mil pessoas, mas ele não quis informar quantos funcionários a empresa detinha antes dos ajustes realizados na produção. “Tivemos que adequar o ritmo menor de vendas com a redução de custos. Funcionários que estavam para se aposentar foram aposentados e as vagas congeladas. Acredito que a situação deverá melhorar somente em 2021 ou 2022, quando o novo governo já terá feito as medidas para recuperar a economia”, disse.

Com a situação da Argentina, o executivo estima que o consumo aparente na América Latina deverá permanecer estável neste ano, “O México e o Chile também devem puxar as vendas de aço para baixo, mas o Brasil pode

compensar um pouco essa queda com uma pequena alta de 2,1%.” A expectativa da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero) é de que o consumo aparente na região chegue a 66 milhões de toneladas.

Em 2020, no entanto, De Paula acredita numa pequena recuperação dos mercados regionais. Isso fará o consumo aparente crescer cerca de 3% no próximo ano, puxado pelo Brasil e México. “O México vai começar a se recuperar neste ano e o mercado brasileiro já apresenta melhora no consumo. Esses países devem sustentar esse aumento estimado para a região.”

Com a expectativa de melhora no mercado brasileiro em 2020, a ArcelorMittal, de acordo com De Paula, mantém os investimentos no Brasil de cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano para melhorar a operação. Segundo o executivo, os recursos são aplicados para aumentar a produtividade das usinas tanto de aços longos quanto de produtos planos. “Há muitos projetos dentro do conceito da indústria 4.0, outros para melhorar a coleta de sucata, um insumo que está em falta no país, e em nossa mina de ferro. Todos esses aportes são para melhorar a nossa produtividade.”

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 12/11/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Ana Paula Machado — De Buenos Aires**

**Título: País será indutor da siderurgia na região, defende Aço Brasil**

### **Segundo a associação brasileira, esse é o sentimento na reunião da Alacero que ocorre na Argentina**

O Brasil pode assumir o papel de indutor da economia da América Latina, caso o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tenha taxas “vigorosas”. É o que espera o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, que participa do congresso siderúrgico da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), em Buenos Aires. Segundo ele, esse é o sentimento de representantes das associações que participam do evento.

Mello Lopes afirmou, ao **Valor**, que a expectativa das associações de siderúrgicas da região é que com os problemas políticos que muitos países enfrentam atualmente, aquele que conseguir se desassociar economicamente desses conflitos tem mais condição de assumir essa posição de indutor. Argentina, Chile e Peru, assim como Brasil e México, são os principais consumidores do setor siderúrgico na região.

“A sensação de todos por aqui é de que para onde o Brasil for, os outros países vão atrás. O Brasil será o motor do crescimento econômico da América Latina. Há muita coisa sendo feita pela equipe econômica que está ajudando o país a ter índices nunca vistos, como a inflação e a taxa de juros menores da história. Além do risco Brasil que está em patamares mais baixos do que quando o país tinha grau de investimento. Isso tudo já se reflete na ponta”, afirmou Mello Lopes.

Para ele, a evolução do PIB em 2,5% no próximo ano será o início dessa retomada da região. “Ainda não é um crescimento pujante, mas é o início. E acredito que os outros países devem seguir essa tendência.”

Com evolução da economia, o consumo aparente de aço deve apresentar crescimento no próximo ano. Para 2019, no entanto, o Aço Brasil deverá rever os números, pois, o aumento estimado de 2,1%, não deve ser alcançado, de acordo com Mello Lopes. “O primeiro semestre foi muito ruim. A recuperação, principalmente da construção civil, aconteceu no fim deste ano. 2019 já acabou. Mas, vamos entrar 2020 em ritmo de crescimento.”

Essa é a terceira revisão para o consumo aparente feita pelo Aço Brasil. A estimativa inicial era de um crescimento de 6%, em março foi reduzido para 4,6% e em julho, para 2,1%. As vendas de aço no mercado interno não devem chegar a 21,65 milhões de toneladas.

### A repórter viajou a convite do Instituto Aço Brasil

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

### AES e Unipar juntas

A AES Tietê assinou acordo de investimento com a Unipar para a construção de joint venture para geração de energia eólica na Bahia. Segundo fato relevante da companhia de energia, o projeto possuirá 155 megawatts (MW) de capacidade elétrica instalada, com 60 MW já comercializados com a Unipar por meio de contrato com prazo de 20 anos, que entrará em vigor a partir de 2023. O parque eólico, cuja construção deve ser iniciada em 2021, ficará em Tucano, Biritinga e Araci, em uma área com direitos atualmente pertencentes à AES Tietê. Unipar e AES Tietê estimam um capex (investimento) de R\$ 4 milhões por megawatt instalado -o que representa um aporte total de R\$ 620 milhões, dividido entre empresas. “Este projeto suporta a estratégia da empresa, grande

consumidora de energia, gerando mais valor para a sociedade e acionistas através da produção de energia limpa”, afirmou em nota o CEO da Unipar, Anibal do Vale.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curta

### Produção da Petro Rio

A Petro Rio produziu 23,1 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia em outubro, aumento de cerca de 13,1% na comparação com setembro, quando foram produzidos 20,4 mil boe por dia. Na mesma comparação, do total, 6,6 mil boe diários foram do campo de Polvo (queda de 18,5%), 13,6 mil em Frade (alta de 45%) e 2,9 mil em Manati (baixa de 1%).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Stella Fontes — De São Paulo

**Título:** Cosan revisa projeções de áreas de negócios para 2019

A Cosan, uma das maiores corporações do país com atuação nas áreas de energia e logística, revisou as projeções para três de seus negócios em 2019, por causa do crescimento mais tímido da economia brasileira e do difícil momento enfrentado pela Argentina, onde a companhia iniciou operações há um ano. Na Raízen Combustíveis e na Raízen Argentina, houve redução das expectativas em relação ao previsto anteriormente. Já na Moove, de lubrificantes, a previsão é de resultados mais fortes.

Na Raízen Combustíveis, braço de distribuição de combustíveis no Brasil da joint venture com a Shell, a companhia espera resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 2,75 bilhões a R\$ 2,95 bilhões neste ano. Antes, a expectativa ia de R\$ 2,9 bilhões a R\$ 3,2 bilhões. A projeção foi ajustada para refletir a revisão do crescimento econômico esperado para o país, que afeta diretamente o consumo de combustíveis.

Na Raízen Argentina, a deterioração do cenário político-econômico no país vizinho levou a companhia a reduzir de US\$ 210 milhões a US\$ 260 milhões para US\$ 160 milhões a US\$ 200 milhões a projeção de Ebitda neste ano. Desde agosto, os preços de combustíveis e do petróleo estão congelados na Argentina.

Por outro lado, na Moove, a companhia melhorou o intervalo projetado para o Ebitda, de R\$ 260 milhões a R\$ 290 milhões para R\$ 290 milhões a R\$ 320 milhões, diante da aceleração do desempenho das vendas, especialmente das operações internacionais. Apesar das revisões, a Cosan manteve a expectativa de Ebitda consolidado de R\$ 5,6 bilhões a R\$ 6 bilhões neste ano.

A Cosan encerrou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 818,9 milhões, mais de 18 vezes acima do resultado final apurado um ano antes, refletindo a melhora do resultado operacional e o recebimento de R\$ 239,6 milhões pela venda de direitos creditórios relativos a precatórios do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

No trimestre, a receita líquida da companhia totalizou R\$ 18,86 bilhões, com alta de 22,3%, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu 29,7%, a R\$ 1,56 bilhão, refletindo sobretudo o melhor desempenho da Comgás e da Raízen Energia, braço de açúcar e álcool da joint venture entre Cosan e Shell. O avanço nessas operações mais do que compensou a piora na distribuição de combustíveis.

A geração de caixa operacional atingiu R\$ 1,5 bilhão, quase duas vezes acima do registrado no terceiro trimestre de 2018, e a alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, caiu para 1,9 vez.

O Ebitda ajustado da Raízen Combustíveis recuou 6%, a R\$ 640 milhões, diante do impacto negativo da variação de preços nos estoques da empresa, parcialmente compensado pela melhora do volume vendido. Na Argentina, a operação de distribuição de combustíveis e de refino de petróleo teve Ebitda de US\$ 6 milhões, queda de 88% ante o segundo trimestre, na esteira do congelamento dos preços de óleo e combustíveis no país vizinho.

Já a Comgás teve Ebitda normalizado de R\$ 653 milhões, uma alta de 20% influenciada pelo maior volume de gás natural vendido no segmento residencial.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 12/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor:****Título: Próprio para consumo**

Exames realizados em amostras de pescado em áreas do litoral nordestino afetadas pelo vazamento de óleo mostram que o produto está próprio para consumo humano, informou, em nota, o Ministério da Agricultura. A análise foi feita pelo Laboratório de Estudos Marinhos e Ambientais da PUC-RJ, a pedido da Pasta. O laboratório analisou níveis de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA), indicadores para contaminação por derivados de petróleo. Os resultados revelam níveis baixos dos HPAs detectados em peixes e lagostas.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 12/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Lucro da São Martinho aumenta 6%**

Aproveitando os altos preços de etanol, sobretudo do anidro (que é misturado à gasolina) e apostando em exportação de açúcar, o Grupo São Martinho encerrou o segundo trimestre da safra 2019/20 com um lucro líquido de R\$ 62 milhões, aumento de 5,9% na comparação anual. Desconsiderando o efeito das novas regras de contabilidade (IFRS 16), o lucro líquido aumentou 58,6%, para R\$ 92,8 milhões.

“Foi um trimestre excelente, em que todos os indicadores estavam mais favoráveis do que no mesmo trimestre do ano passado”, comemorou Fabio Venturelli, presidente da companhia.

A receita líquida avançou 19,7%, para R\$ 770,1 milhões, com aumento da receita tanto com etanol quanto com açúcar. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado subiu 22,6%, para R\$ 387,9 milhões - próximo do patamar registrado no mesmo trimestre da safra 2017/18. Com isso, a margem Ebitda ajustada voltou ao patamar acima de 50%, para 50,4%.

No mercado de etanol, a estratégia para otimizar os ganhos foi apostar no etanol anidro, que oferece um “prêmio” sobre o hidratado - e que, nesta safra, já está bem acima da média para a época. Além das entregas contratadas no

início da temporada, a companhia tem aproveitado vendas no mercado físico, disse Venturelli. Embarques ao Japão e à Califórnia ainda engordaram os resultados com o biocombustível, e a receita total de etanol subiu 15,2%, a R\$ 438,3 milhões.

Embora o volume de hidratado vendido no trimestre tenha sido menor que um ano atrás, o produto não foi deixado de lado. Como costuma ser sua estratégia, a companhia decidiu estocar o produto para vender na entressafra. Venturelli, porém, observa que há um “novo regime de entendimento da indústria”, já que concorrentes aumentaram sua flexibilidade, o que tende a reduzir a diferença de preços entre safra e entressafra. Ainda assim, ele ressalta que já há uma melhora de preços desde outubro.

A receita com açúcar também cresceu, a despeito dos preços ainda pouco convidativos. Dinamizadas por maiores volumes direcionados ao exterior do que um ano atrás, a receita com açúcar aumentou 32,5%, a R\$ 217,1 milhões. Para os dois trimestres finais, o volume de venda deve voltar aos níveis de 2018/19, acrescenta Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores da São Martinho.

A companhia começou a safra elevando sua aposta em açúcar para cumprir contratos de exportação. “Rapidamente, viramos para etanol. Conforme a safra foi se desenvolvendo, percebemos que o preço do açúcar ia ficar naquele patamar”, disse Venturelli. O “mix” açucareiro saiu de 41% no primeiro trimestre para 39% no segundo - ainda acima de um ano atrás (36%) e da média do Centro-Sul nesta safra (35%).

Apesar da moagem estar apenas 2,7% acima do ritmo de um ano atrás, alcançando 18,9 milhões de toneladas no fim do segundo trimestre, a perspectiva para o encerramento da safra segue em 22 milhões de toneladas, ressalta Vicchiato. Segundo ele, a diferença, de quase 3 milhões de toneladas, deve ser processada até dezembro. Com isso, o período de moagem deve ser mais longo do que na safra 2018/19.

Para as vendas dos próximos trimestres, o grupo carregava, no fim do último trimestre, em estoque 60% da produção de açúcar e etanol esperada para toda a temporada. Como essa estratégia demanda mais capital de giro, o endividamento líquido no fim do último trimestre registrou crescimento de quase 30% ante o trimestre anterior, para R\$ 3,1 bilhões. Na comparação anual, porém, a diferença foi de apenas 0,9%. A alavancagem no fim do trimestre era de 1,74 vez.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 12/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Fernando Lopes — De São Paulo****Título: Venda de etanol hidratado bateu recorde em outubro**

### **Volume comercializado pelas usinas do Centro-Sul no mercado doméstico alcançou 2,11 bilhões de litros**

As vendas de etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) por parte das usinas do Centro-Sul do país às distribuidoras que atuam no país somaram 2,11 bilhões de litros em outubro, 3,9% mais que no mesmo mês de 2018 e um novo recorde mensal. Os dados foram divulgados pela Unica, que representa o segmento na região.

“O crescimento se deve, mais uma vez, à manutenção da competitividade do biocombustível frente a gasolina na maior parte do mercado. Dados compilados pela Unica a partir de pesquisa realizada pela ANP indicam uma paridade média de 66,9% entre os preços de bomba do etanol hidratado e da gasolina no Brasil na semana de 3 de novembro a 9 de novembro de 2019. Esse índice é muito abaixo dos 73% considerado como diferencial médio de rendimento técnico dos combustíveis nos veículos flex-fuel em condições de campo”, informou a entidade em comunicado.

Assim, em outubro as vendas domésticas totais de etanol (anidro e hidratado) feitas pelas usinas do Centro-Sul alcançaram 3,08 bilhões de litros (227,59 milhões destinados ao mercado externo e 2,86 bilhões vendidos no país). Do início desta temporada 2019/20, em abril, até outubro, o volume chegou a 20,22 bilhões de litros - 14,11 bilhões de hidratado e 6,11 bilhões de anidro, com 1,31 bilhão de litros destinados ao mercado externo e 18,91 bilhões ao front internacional.

Segundo a Unica, esse volume acumulado foi 11,6% maior que o observado no mesmo período de 2018. “Se forem consideradas apenas as vendas internas de hidratado, que somaram 13,72 bilhões no acumulado desde o início da safra, o aumento atinge expressivos 13,96% em comparação a igual período do último ano-safra”, concluiu a entidade.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 12/11/2019****Seção: Finanças****Autor: Juliana Schincariol — Do Rio****Título: BNDES deve vender participação acima de R\$ 1 bi apenas em 2020****Por enquanto, ainda não há nenhuma operação em análise, segundo o presidente do conselho**

Eventuais vendas de participações acima de R\$ 1 bilhão pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem ficar para 2020, segundo o presidente do conselho da instituição, Carlos Thadeu de Freitas. O BNDES anunciou recentemente que o conselho deve analisar propostas de desinvestimentos das empresas em que o banco tenha participação acima deste valor. E, por enquanto, ainda não há nenhuma operação em análise, segundo o executivo.

“Por enquanto ainda não tem operação [em análise pelo conselho], vai demorar um pouquinho, mas vai sair, tem que sair. Esse ano talvez possa acontecer pela mesa. Mas tem que ser mais. Enquanto não fazemos a outra [via oferta de ações], tem que ser via mesa”, disse a jornalistas após participar de seminário na Fundação Getulio Vargas, no Rio.

O BNDES não pode vender 50 milhões de ações da Petrobras sem compliance, exemplificou. Feito isso, é possível realizar a transação “sem problema nenhum”. “Uma venda via bancos demora, tem que fazer uma coisa bem-feita, tem que ter uma concorrência objetiva e não subjetiva. Então demora, dois, três meses. Não fecha, não [a janela do mercado]”, continuou.

Freitas lembrou o episódio recente que levou à saída de André Laloni, ex-diretor de crédito e participações. Enquanto Laloni queria que a venda de ações do Banco do Brasil detidas pela Caixa fosse feita por meio de oferta pública, a superintendente Luciana Tito defendia que a operação fosse realizada diretamente no mercado. Ela chegou a ser afastada do cargo, gerando protestos entre o corpo técnico do banco. “O banco tem que se segurar porque quando alguma coisa acontecer pode recair sobre os funcionários”, disse.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 12/11/2019****Seção: Economia****Autor: Wellington Bahnemann****Título: Ministério defende usinas de médio porte para abastecer País**

Secretário afirma que existem hidrelétricas no Sudeste e Centro-Oeste com potencial para gerar 15 mil MW extras

**O secretário adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Hélvio Neves Guerra,** defendeu ontem a construção de hidrelétricas de médio porte para trazer mais segurança ao sistema elétrico do País e, ao mesmo tempo, abrir espaço para as fontes eólica e solar (cuja geração apresenta grande geração ao longo do ano). “Temos um potencial de 15 mil MW de usinas de médio porte, entre 300 MW e 400 MW cada, localizadas sobretudo nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste”, disse o secretário em evento organizado pela Fundação FHC.

Com o esgotamento do potencial hidrelétrico próximo aos centros de carga, a geração hidrelétrica tem avançado por novas fronteiras, em áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental. Em função disso, o Brasil teve de praticamente abandonar a construção de hidrelétricas com reservatórios, que trazem mais segurança ao sistema elétrico ao estocar água para geração de energia nos momentos de estiagem. “Antes, as hidrelétricas eram construídas a 500 quilômetros do centro de carga. Hoje, a mais de 3 mil quilômetros”, admitiu Guerra, comentando a dificuldade de se viabilizar a implantação de uma usina de grande porte em função das questões ambientais.

Também no evento, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, disse que esse novo cenário influenciou a estratégia da estatal. Em 2016, quando assumiu a presidência, o executivo disse que a empresa desenvolvia estudos de 32 projetos hidrelétricos, que totalizavam 25 mil MW de capacidade. “Hoje, por conta das questões ambientais, estamos desenvolvendo 18 usinas, que somam 15,7 mil MW de capacidade. Não é que nós construímos 14 usinas nesse período. Tivemos de desistir desses empreendimentos”, afirmou ele.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 12/11/2019**

**Seção: Metrópole**

**Autor: André Borges /BRASÍLIA**

**Título: Peixe de área com óleo não traz risco, diz laudo**

Análise divulgada pelo Ministério da Agricultura dá aval para consumo de pescado de regiões atingidas pelo poluente

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou ontem resultado de exames feitos em amostras de pescado do litoral do Nordeste, em áreas atingidas pelo vazamento de óleo. A análise, feita pelo Laboratório de

Estudos Marinhos e Ambientais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, mostra que o produto está em condições apropriadas para o consumo. O laboratório analisou os níveis de indicadores para contaminação por derivados de petróleo. Os resultados, segundo o ministério, revelam níveis baixos detectados em peixes e lagostas, que não representam riscos para o consumo humano.

As amostras foram coletadas em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF), nos dias 29 e 30 de outubro, nos Estados de Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. “As amostras para monitoramento da situação de segurança do consumo de pescado continuam sendo colhidas e, conforme a liberação dos resultados, as análises serão divulgadas pelo Mapa, com atualizações das recomendações”, informou a pasta. No dia 31 de outubro, o secretário de Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Júnior, declarou, durante conversa com o presidente Jair Bolsonaro, que os peixes são animais inteligentes, que fogem ao perceber o óleo no mar.

Uma análise anterior, feita pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), havia apontado risco de consumo de frutos do mar em áreas afetadas pelo óleo. O estudo indicou resquícios do poluente nos sistemas respiratório ou digestivo de animais. Consultado ontem, após a divulgação da análise pelo Mapa, o diretor do Instituto de Biologia da UFBA, Francisco Kelmo, criticou a forma como o anúncio foi feito. Segundo ele, é inadequado falar em baixos níveis de poluentes. “Ou está contaminado ou não. Baixo nível de contaminação não existe”, afirmou.

Limpeza. O poluente que contamina praias do Nordeste desde setembro continua a chegar à costa. Na sexta-feira, vestígios de óleo foram detectados no Espírito Santo. No domingo, dois navios com 700 fuzileiros navais e mergulhadores da Marinha chegaram ao Porto de Suape, em Pernambuco, para ações de limpeza. /COLABOROU BRUNO LUIZ, ESPECIAL PARA O ESTADO

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Alberto Bombig

**Título:** » Águas turvas.

## Coluna do Estadão

Rodrigo Maia deve instalar a CPI do Óleo ainda nesta semana. Deputados do Nordeste estão divididos. Enquanto a maioria defende a instalação, alguns

ponderam sobre os impactos que uma investigação com alto grau de publicidade poderia ter no turismo da região.

COM JULIANA BRAGA, MARIANNA HOLANDA E MARIANA HAUBERT.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Joana Cunha

**Título:** Gás

## PAINEL S.A

Se a turbulência boliviana vier a afetar o fornecimento de gás ao Brasil, é possível ampliar a importação de outros países, sem grandes impactos de preço, segundo Pedro Franklin, diretor da Comerc Energia. Ele avalia que, hoje, o vizinho é menos estratégico do que no passado e que o Brasil só tem usado metade da capacidade do gasoduto que liga os dois países.

Fôlego

O Senai Cimatec Park, centro de inovação da indústria, inaugurado nesta segunda (11) em Camaçari (BA), já está com seus 11 primeiros galpões tecnológicos ocupados. Vai adiantar a implementação da segunda etapa, com investimentos acima de R\$ 300 milhões, na esteira do interesse do setor de óleo e gás.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** MANOEL VENTURA

**Título:** Privatização da Eletrobras prevê nova estatal

Projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso para autorizar a venda do controle da geradora de energia elétrica autoriza criação de nova empresa pública para ficar com usinas nucleares de Angra e Itaipu

BRASÍLIA- O projeto de lei com as regras para a privatização da Eletrobras autoriza o governo a criar uma nova estatal. Essa nova companhia pública seria

responsável por controlar a parte brasileira da hidrelétrica de Itaipu, na divisa com o Paraguai, e a Eletronuclear, que administra as usinas nucleares de Angra, no Estado do Rio.

De todas as subsidiárias da Eletrobras, apenas Itaipu e Eletronuclear ficarão fora da privatização. No primeiro caso, a justificativa é tratar-se de uma hidrelétrica construída em parceria com o Paraguai, o que impede o repasse para a iniciativa privada. No segundo, a Constituição determina que somente a União pode controlar a geração nuclear.

A reestruturação societária para manter Eletronuclear e Itaipu sob controle da União será proposta pelo BNDES, mas o governo reconhece que deve ser preciso uma nova estatal para ficar com as duas. Por isso, o projeto autoriza a criação de uma empresa de economia mista ou pública.

#### MODELO SERÁ DO BNDES

A modelagem da privatização da Eletrobras só poderá ser desenhada pelo BNDES e pelos técnicos do governo depois que o Congresso aprovar esse projeto de lei, enviado à Câmara na semana passada. A empresa foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND) e só pode voltar por uma nova lei aprovada por deputados e senadores. O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que uma estatal só pode ser privatizada com aval do Legislativo.

A maior resistência é no Senado, com quem o governo planeja iniciar as conversas nos próximos dias. O modelo de venda do controle da estatal será por meio de oferta de novas ações em Bolsa, de forma a diluir a participação da União — hoje de 63% — para menos de 50%. Pelo projeto, como minoritária, a União não terá poder de veto em decisões estratégicas na companhia com uma ação do tipo golden share.

#### R\$ 16,2 BI NO ORÇAMENTO

Os recursos da capitalização serão usados pela Eletrobras para pagar a União por novos contratos de concessão para usinas que hoje operam a preços fixos. Elas passarão a ser remuneradas a preços de mercado, mais altos que os atuais, mas assumirão riscos hoje divididos com consumidores, como custos extras por falta de chuvas. O governo prevê receber R\$ 16,2 bilhões em 2020.

O projeto de lei também apresenta uma série de obrigações para a empresa após a desestatização. Sob controle privado, a Eletrobras terá que destinar R\$350 milhões por ano, durante uma década, para obras de revitalização do Rio São Francisco e ainda financiar, por quatro anos, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

Dessa forma, o governo espera conseguir votos favoráveis à privatização entre parlamentares do Nordeste, os mais resistentes. Como o rio enfrenta uma de suas piores secas, a ideia é convencê-los que a privatização da Eletrobras levará melhorias à região.

Os programas Luz para Todos, de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) e de Conservação de Energia Elétrica (Procel) passarão a ser geridos pelo governo.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/11/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: RAMONA Odonez**

**Título: Crise na Bolívia pode atrasar renegociação de acordo sobre gasoduto**

Petrobras esperava eleições para fechar acordo com estatal boliviana que poderia reduzir custos do gás natural no Brasil

A crise na Bolívia vai provocar um atraso nos planos do Brasil de aumentar a competição no setor de gás natural e promover o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama de “choque de energia barata”. Isso porque enquanto um novo governo não se consolida em substituição ao de Evo Morales, que renunciou no domingo, a Petrobras não terá condições de continuar a renegociação de contratos de importação de gás natural do país vizinho por meio do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) com a estatal boliviana YPFB.

Um acordo de importação de até 30 milhões de metros cúbicos por dia de gás da Bolívia, assinados em 1999, vence em 31 de dezembro. Segundo fontes, a negociação já vinha enfrentando dificuldades nos últimos meses em função das eleições na Bolívia.

## SOLUÇÃO SÓ EM 2020

Como o contrato é fundamental para a economia boliviana, a Petrobras aguardava a definição do resultado eleitoral para fechar um acordo, cumprindo parte dos compromissos que assumiu para abrir espaço para outras empresas no setor de gás.

— Agora as negociações vão atrasar. Só um novo governo poderá negociar o novo contrato — ressaltou uma fonte.

Para outro executivo próximo ao governo brasileiro, um novo acordo de importação de gás da Bolívia só deverá ser fechado em meados do próximo ano, com a definição de um sucessor para Morales:

— É uma pena porque a renegociação da importação de gás da Bolívia seria o primeiro teste da Petrobras referente ao acordo que fez com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) de reduzir

sua participação no mercado de gás, o que permitiria a entrada de outros atores privados no setor e a redução do preço.

De acordo com fontes de mercado, a Petrobras negocia com a YPFB reduzir o volume comprado de 30 milhões para algo em torno de 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Isso porque a projeção de aumento da produção de gás nos campos do pré-sal reduz a dependência brasileira do gás boliviano. A redução abriria espaço para que empresas privadas negociem diretamente com a estatal boliviana a compra de cerca de dez milhões de metros cúbicos por dia, ocupando o espaço ocioso que a Petrobras deixaria no Gasbol. Assim, poderiam obter preços mais baixos que o pago hoje pela estatal, cerca de US\$ 7 por milhão de BTUs (unidade internacional de gás natural). A definição é importante para que o setor privado saiba qual será a capacidade que a Petrobras abrirá a outras empresas.

Fontes do setor avaliam que a Petrobras e a YPFB buscarão um acordo preliminar provisório para manter as condições atuais e evitar interrupção no fornecimento de gás durante a transição boliviana. O volume de gás importado da Bolívia já tem variado, ficando muitas vezes em 24 milhões de metros cúbicos por dia. Procurada, a Petrobras não comentou o assunto.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/11/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: GLAUCE CAVALCANTI**

**Título: Rio reduz ICMS sobre combustível de aviação para aumentar voos**

Alíquota será de 7% para novas companhias aéreas. Empresas que já atuam no estado terão de ampliar número de assentos

O Rio entra hoje com força na disputa tributária para atrair companhias aéreas e mais voos ao estado. O governador Wilson Witzel lança um pacote de medidas ancorado em decreto que reduza alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o querosene de aviação (QAV) de 12% para até 7%. Novas empresas que se estabelecerem no Rio, as de transporte aéreo de carga e aeroportos do interior terão percentual de 7%.

Para as companhias aéreas que já atuam no Rio, haverá quatro faixas de tributação concedidas de acordo com a expansão na oferta semanal de assentos. Para aderir ao regime, as empresas terão de ampliar em ao menos 15% a oferta de assentos no Rio na comparação com a que mantinham em junho e julho últimos, implementando o stopover, parada gratuita para passageiros em conexão na cidade.

Diferentemente do formato adotado pelo Estado de São Paulo — que anunciou redução da alíquota de ICMS sobre o QAV de 25% para 12% em fevereiro, com a meta de atrair 74 novas rotas e 490 frequências — o Rio aposta em dar “passos do tamanho das pernas”, com o cálculo baseado em assentos, em vez de voos.

— O setor de aviação registrou expansão de 3,4% no país, nos últimos dez anos; mas, no Estado do Rio de Janeiro, o percentual foi de apenas 1,1%. Estamos mudando essa realidade com a redução do ICMS sobre o querosene de aviação, que permitirá movimentar aeroportos da capital e do interior do estado — afirmou o governador Wilson Witzel.

#### RENÚNCIA DE R\$ 23 MILHÕES

Segundo Luiz Cláudio de Carvalho, secretário estadual de Fazenda, o principal objetivo é aumentar a atividade econômica do estado: — O foco é alíquota de 7% para novas companhias que se instalem no Rio, definindo a cidade como hub (centro de conexão), nos aeroportos do interior e para as empresas aéreas de transporte de carga. Para as aéreas que já operam no Rio, criamos faixas de desconto para facilitar a adesão e fazer com que elas busquem ter mais assentos para obter alíquota ainda menor.

A arrecadação fluminense com o ICMS que incide sobre o QAV é de cerca de R\$ 160 milhões por ano. A estimativa é ter perda de R\$ 23 milhões nessa quantia nos primeiros 12 meses do programa, diz o secretário de Turismo do Estado, Otávio Leite, acrescentando que esse valor será compensado pelas contrapartidas acordadas com as empresas aéreas que aderirem ao plano. A aposta do governo fluminense, contudo, é que os ganhos indiretos ampliem as receitas tributárias do estado: — Já nos reunimos com a Globalia, por exemplo, estávamos falando com outras estrangeiras. O foco está em fortalecer o hub internacional, a partir do Galeão, e ampliar as conectividades domésticas.

A espanhola Globalia, dona da Air Europa, recebeu permissão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para montar a primeira subsidiária para atuar no mercado doméstico após a abertura do setor aéreo. Na última semana, porém, a Air Europa foi comprada pela IAG, dona de Iberia e British Airways, por € 1 bilhão. A transação, que depende da aprovação das autoridades reguladoras

da concorrência, deve ser concluída no segundo semestre de 2020. Até lá, a Globalia informou que seguirá trabalhando normalmente. A IAG não comentou.

O Rio conseguiu autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para reduzir o ICMS sobre o QAV em julho, após quatro tentativas desde o fim de 2018.

Para Alessandro Oliveira, especialista do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Rio conseguiu costurar um plano bem arquitetado para estimular a demanda: — Criar condições diferenciadas para novas empresas e as já estabelecidas é estratégia inteligente para atrair voos. A alíquota de 7% traz grande vantagem comparativamente com São Paulo. Há as novas lowcosts estrangeiras na pauta nacional. Pode ampliar a competitividade, reduzir preços e ampliar a demanda.

#### ISCA PARA EMPRESAS

A Azul informou que vai participar da cerimônia de assinatura do decreto hoje no Rio. E disse que “tão logo tenha acesso aos detalhes oficiais poderá traçar possíveis planos para sua malha no estado fluminense”. Em São Paulo, a companhia adicionou 442 decolagens por semana desde o incentivo.

A Latam, que também participará do evento, abriu 78 frequências semanais em São Paulo, saindo de Guarulhos. E afirmou que fecha 2019 com expansão de 30% na oferta de voos no Rio. A Gol afirmou considerar a medida positiva por possibilitar a criação de novos voos e fomentar o turismo.

Ana Helena Mandelli, diretora de Aviação da Plural, que reúne as grandes distribuidoras de combustível do país, avalia que a redução do ICMS é um caminho acertado a ser seguido pelo Rio: — É uma isca eficiente para atrair empresas aéreas brasileiras, porque as estrangeiras só virão se houver conectividade para seus voos. A redução da alíquota do ICMS sobre o QAV ajuda a estimular voos regulares e os regionais.

O combustível representa perto de 33% dos custos de operação das companhias aéreas. O ICMS pode abocanhar até 25% do preço do QAV no país, dependendo da alíquota praticada em cada estado. Além de São Paulo, estados do Nordeste, como o Ceará ampliaram oferta com políticas fiscais, lembrou Ana Helena

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 12/11/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Quase seis Búzios

O Irã acaba de anunciar um campo com 53 bilhões de reservas de petróleo, isso equivale a quase seis megacampo como este de Búzios, com o qual a Petrobras ficou naquele leilão de cessão onerosa. Para o consultor Adriano Pires, isso mostra que “temos de acabar com o modelo de partilha e voltar à concessão, que é mais simples. O pré-sal tem pressa”.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 12/11/2019**

**Seção: Especial**

**Autor:**

**Título: ‘Sou otimista com a relação Brasil-China’**

Presidente do Cebri destaca como a aliança sino-brasileira traz benefícios para os dois países, numa intensa relação comercial e com crescimento dos investimentos

No momento em que a República Popular da China completa 70 anos, a maior potência asiática e o Brasil consolidam uma parceria madura e estratégica, com perspectivas de ampliação não apenas da agenda econômica, mas também da cooperação em setores como ciência, meio ambiente, educação e cultura.

Há dez anos a China é o maior parceiro comercial do Brasil, e esse fluxo entre os dois países alcançou o recorde de US\$ 99 bilhões em 2018, superando o pico de US\$ 83,3 bilhões em 2013. A China importa do Brasil principalmente soja, óleos brutos de petróleo e minério de ferro, e exporta máquinas, materiais elétricos e instrumentos mecânicos.

Além da intensa relação comercial, os investimentos também estão em alta na cooperação sino-brasileira.

O potencial do Brasil em setores como energia e infra-estrutura, com quebras de monopólios e novos marcos regulatórios, trouxe ao país algumas das maiores empresas e bancos chineses. Entre 2010 e 2017, os investimentos da China no país chegaram a US\$ 54 bilhões, valor que deve ultrapassar US\$ 60 bilhões até 2020.

Uma importante oportunidade de estreitamento das relações pragmáticas entre a China e o Brasil acontecerá nos dias 13 e 14 deste mês, durante a cúpula dos Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que terá a presença do presidente chinês, Xi Jinping, pouco depois da visita do presidente Jair Bolsonaro à China. Ciência, tecnologia e inovação serão temas prioritários do encontro dos Brics.

A formação dos Brics, em 2008, coincidiu com o crescimento da importância da China no cenário econômico internacional, em um momento de crise nos

Estados Unidos e recessão em grande parte da Europa. O grupo buscou fortalecer a cooperação entre países em desenvolvimento, importantes em suas regiões, fora do eixo do chamado primeiro mundo. Apesar das profundas diferenças entre os Brics e dos distintos ritmos de crescimento de cada economia, os governos dos cinco países têm buscado nesses dez anos manter um diálogo e uma agenda comuns, valorizando os encontros anuais e os acordos bilaterais entre os integrantes do grupo.

— O encontro dos Brics vai ser muito importante e muito revelador. É interessante ver como cada país se relaciona com a China. Há um grande interesse da parte da China em aprofundar relações com o Brasil. Eles estão felizes com os investimentos que fizeram aqui. A experiência de comprar ativos no Brasil, como a CPFL Energia (que teve o controle acionário adquirido pela chinesa State Grid Brazil Power Participações em 2017), foi extremamente positiva. Eles passaram a conhecer muito melhor o Brasil a partir da estrutura de pessoal brasileiro que existia nessas empresas. Os fundos que investiram aqui estão muito satisfeitos e foram bem-sucedidos — afirma o presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), José Pio Borges.

Em setembro, Borges viajou à China para uma série de encontros com investidores, empresários, negociadores, diplomatas e pesquisadores.

— Há uma vontade de continuar e uma percepção de que o Brasil tem grande potencial de investimento, apesar da apreensão em relação às consequências do trade war (disputa comercial entre China e Estados Unidos). Sou muito otimista com a relação Brasil-China. O Brasil e a China têm muito a ganhar.

**MME / ASCOM .**